

817



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº: 0206579-8
COMARCA: RECIFE
VARA: SEGUNDA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
APELADOS: MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL e FÁBIO XAVIER DE MENESES BARROS
ADVOGADOS: DRA. LAUDICÉIA ROCHA DE MELO BARROS e OUTRO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA SILVA

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. JÚRI. ABSOLVIÇÃO. PEDIDO DE ANULAÇÃO DO JULGAMENTO POR MANIFESTA CONTRARIEDADE ÀS PROVAS DOS AUTOS. INVEROSSIMILHANÇA DA VERSÃO DO ACUSADO. DECISÃO CONTRADITÓRIA. ACERVO PROBATÓRIO QUE IMPÕE A CONDENAÇÃO. APELAÇÃO PROVIDA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Malgrado a existência de duas teses, a da defesa mostra-se manifestamente incompatível com o acervo probatório presente nos autos. Afinal, ao passo que a versão do Ministério Público afigura-se consonante e harmônica com a confissão de um dos acusados durante o inquérito e com os depoimentos das testemunhas, permitindo a reconstituição detalhada do fato criminoso, a versão defensiva, baseada na negativa de autoria, carece de verossimilhança, haja vista que não se coaduna com o sistema de provas, distanciando-se da verdade real, pois.

II – Ao absolver os Apelados, o júri proferiu veredicto sem qualquer respaldo nas provas produzidas, sem olvidar a inexplicável contradição consistente na absolvição do crime

818



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

de homicídio e condenação pelo delito de destruição de cadáver, conclusão nitidamente ilógica ante as teses apresentadas em plenário.

III – Apelação provida por unanimidade, a fim de submeter os Apelados a novo julgamento pelo Tribunal do Júri.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal nº **0206579-8**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em dar provimento à Apelação a fim de que sejam os Recorridos Marcelo Wagner Barros do Amaral e Fábio Xavier de Meneses Barros submetidos a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, devendo aguardá-lo em liberdade**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 28.05.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELAÇÃO Nº: 0206579-8
COMARCA: RECIFE
VARA: SEGUNDA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
APELADOS: MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL e
FÁBIO XAVIER DE MENESES BARROS
ADVOGADOS: DRA. LAUDICÉIA ROCHA DE MELO BARROS e
OUTRO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA
SILVA

RELATÓRIO

Cuida-se de apelação criminal interposta pelo **Ministério Público do Estado de Pernambuco** contra decisão do Tribunal do Júri que absolveu os réus **Marcelo Wagner Barros do Amaral** e **Fábio Xavier de Meneses Barros** do delito de homicídio triplamente qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, III e IV, do Código Penal¹) e os condenou pelo crime de destruição de cadáver (art. 211 da Lei Substantiva Penal), às penas de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e 80 (oitenta) dias-multa para o

¹ **Art 121.** Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

§ 2º Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Art. 211 - Destruir, subtrair ou ocultar cadáver ou parte dele:

Pena - reclusão, de um a três anos, e multa.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



primeiro, e 02 (dois) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa para o segundo, conforme se observa do questionário, termo de julgamento e sentença (**fls. 761/773**).

Em suas razões recursais, de **fls. 779/784**, sustenta o *Parquet*, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea *d*, do Código de Processo Penal, que os jurados prolataram veredicto em manifesta contrariedade às provas dos autos.

Por seu turno, aduzem os Apelados, em suas contrarrazões recursais de **fls. 793/798**, que não restou provada a sua participação no crime sob análise e que, embora não merecessem ser condenados pela destruição de cadáver, deve ser mantido o veredicto do Tribunal do Júri, já que uma eventual anulação poderia vir a ser mais gravosa aos Recorridos.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, por **Sua Exa. a Procuradora Maria Francisca de Mendonça Silva**, apresentou parecer às **fls. 806/807**, opinando pelo provimento do recurso, a fim de que os Apelados sejam submetidos a novo julgamento.

É o relatório. À douta revisão.

Recife, 20 de 05 de 2010.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



819

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

APELAÇÃO Nº: 0206579-8
COMARCA: RECIFE
VARA: SEGUNDA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO
APELADOS: MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL e
FÁBIO XAVIER DE MENESES BARROS
ADVOGADOS: DRA. LAUDICÉIA ROCHA DE MELO BARROS e
OUTRO
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
PROCURADORA: DRA. MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA
SILVA

VOTO

O presente recurso visa à anulação de julgamento, por entender o Recorrente haver ele sido manifestamente contrário à prova dos autos. Pois bem.

Narra a inicial acusatória, recebida em 23/04/2003, que, no ano de 2000, no Bar "Shot", próximo ao Fórum da Cidade de Tabira, os Apelados e Baceleudo Alves da Silva, *"com animus necandi e em comunhão de ações e desígnios, sob o pretexto de uma ação criminosa induziram a vítima a acompanhá-los voluntariamente e no percurso, na saída desta cidade para a cidade de Água Branca – PB, o primeiro denunciado [Baceleudo], utilizando-se de uma arma branca – faca –, desferiu um golpe contra a vítima Mariano Bernardino de Serra, atingindo-a e, posteriormente, os denunciados desferiram outros golpes causando-lhe a morte"*.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

820

Afirma a peça ministerial, outrossim, que *"antes de abandonarem o corpo da vítima, o terceiro denunciado [Fábio] teve a idéia de colocar fogo no corpo da vítima, sendo ajudado pelo segundo denunciado [Marcelo], que ao tirarem gasolina do fusca, jogaram sobre o corpo da vítima ateando fogo, eis que o corpo da vítima foi encontrado com sinais de carbonização nas vestimentas"*. Tal fato tornou a identificação somente possível através de exame de DNA realizado na ossada encontrada.

A materialidade do crime está consubstanciada no laudo da ossada de fls. 62-63v, bem como nas fotografias de fls. 67 e 69/70 e no exame de DNA, juntado aos autos às fls. 76/78.

O cerne das controvérsias entre acusação e defesa repousa, portanto, na autoria delitiva.

A tese defendida pelo Ministério Público tem por sustentáculo o depoimento prestado pelo também denunciado **Baceleudo Alves da Silva**, que, na esfera policial (fls. 11/14), narrou, com uma riqueza ímpar de minúcias, a sucessão de acontecimentos que marcaram o fato criminoso, culminando na morte da vítima.

Perceba-se, ademais, que o referido indivíduo já cumpria pena decorrente de condenação por outro delito, e que tal interrogatório policial se deu cerca de dois anos após a prática do crime tratado nestes autos, ocasião em que confessou tê-lo cometido em concurso com os Apelados.

Não bastante, **Cícero Rodrigues de Almeida**, o senhor que ajudou os Apelados e Baceleudo com o fornecimento da foice para soltar a Toyota



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

em que trafegavam, o qual se encontrava preso em uma árvore, confirmou, tanto durante o inquérito (fls. 20/21) quanto em juízo (fls. 337/339), a versão do réu Baceleudo, havendo dito que auxiliara os rapazes juntamente com seu vizinho, **Inácio Raimundo de Lima**. Este, aliás, também corroborou a narrativa de Baceleudo, prestando informações com ela perfeitamente compatíveis (*vide* fls. 24 e 341/342), no sentido de que, na noite do crime, acompanhou Cícero a fim de colaborar para a liberação da Toyota.

Além disso, saliente-se que as pessoas de **Isnaldo Lopes da Silva** (fls. 22 e 339/340) e de sua esposa, **Ana Lúcia Martins da Silva** (23 e 340/341), declararam que, na época do delito, dois rapazes que estavam no interior de um Fusca pediram-lhes ajuda para retirar um veículo atolado na Serra de Água Branca e, diante da negativa, dirigiram-se aos Srs. Cícero e Inácio, que aceitaram o convite.

De seu turno, é de ser considerado crucial o fato de que Cícero e Inácio reconheceram, na Delegacia de Polícia, Fábio e Marcelo como sendo os indivíduos que socorrera, consoante termos de fls. 128/129 e 131/132.

Destaque-se, outrossim, que o veículo da marca Toyota – registrado em nome do pai de Fábio (fl. 124) - e o Fusca – registrado em nome da mãe deste (fl. 112) - foram apreendidos, conforme autos de apresentação de fls. 11 e 123, e devidamente identificados por Cícero e Inácio, como demonstram os termos de reconhecimento de fls. 133/134 e 137/138.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

822

A tese defensiva, por sua vez, embasa-se nas próprias palavras dos Apelados, proferidas durante seu interrogatório tanto perante as autoridades policiais (fls. 90/94), quanto diante do órgão monocrático (fls. 192/195) e dos jurados (fls. 757/760). Nessa oportunidade, aduziram que conheciam o corréu Baceleudo apenas de vista ou por comentários e que nunca ouviram falar da vítima, Mariano. Declararam, ainda, que Baceleudo os estava acusando falsamente, imbuído do sentimento de vingança, tendo em vista que já fora condenado por homicídio em outro processo, em que Francisco Xavier de Almeida Barros – pai de Fábio e tio de Marcelo – figurara como membro do Conselho de Sentença. Acrescentaram, também que, por ocasião do mencionado julgamento, houve uma discussão entre o réu e o jurado, com ameaças do primeiro contra o segundo.

Quanto a esse fato, esclareceu Baceleudo, na esfera policial, que, ao ser proferida a sentença condenatória naquele feito, passou a dizer por mais de uma vez, que *"NESTE JURADO TEM GENTE QUE O FILHO DELE JÁ HAVIA MATADO GENTE COM ELE INTERROGADO"* (fl. 14).

A testemunha **Francisco José Pereira Barros**, primo dos Apelados, prestou depoimento no mesmo diapasão dos interrogatórios destes, incriminando apenas Baceleudo. Entretanto foi contraditório em suas declarações quanto à informação de que havia fornecido um serrote para cortar o toco de árvore que prendia a Toyota, ao alegar em juízo (fls. 343/344) que *"não possui e nem nunca possuiu serrote"*, ao passo que, na seara inquisitorial, aduziu que costuma realizar trabalhos como marceneiro (fl. 109).



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

As testemunhas ofertadas pela defesa, de seu turno, praticamente se limitaram a tecer considerações sobre o comportamento de Baceleudo e dos Apelados, bem como sobre os comentários que haviam escutado a respeito do delito em questão. **Genilson Soares dos Santos** (fls. 347/348) e **José Severino de Carvalho** (fls. 348/349), contudo, confirmaram a ameaça sofrida pelo pai de Fábio ao fim da sessão de julgamento, contando Genilson que ouvira de Baceleudo a confissão de que envolvera os Apelados apenas por esse motivo.

Muito embora o acusado Baceleudo tenha se retratado em Juízo (fl. 244), passando a assumir a autoria delitiva por completo, de modo a isentar de culpa os Recorridos, a segunda versão dada pelo acusado, ao contrário do relato inicial, rico em detalhes, mostra-se resumida e fantasiosa, senão vejamos alguns excertos de seu novo interrogatório:

"Que o interrogando, sabendo que a vítima havia saído da cadeia a pouco tempo [sic], convidou-o para roubarem uma moto que transportava dinheiro; (...) Que a sua intenção era dar 'uma pisa' na vítima, por ele ter furtado suas roupas; Que no percurso para a cidade de Água Branca o interrogando começou a tocar no assunto, tendo a vítima se apossado da chave de roda; Que a vítima começou a manusear sentado a chave de roda, no banco do carona; Que o interrogando pegou uma faca de mesa e desferiu um golpe na vítima; Que a vítima desferiu um golpe com a chave de roda, atingindo a barriga do interrogando; Que o interrogando, vendo que estava ferido, desferiu mais três golpes de faca; Que o interrogando observou que havia um carro estacionado às margens da estrada e preferiu colocar o corpo dentro do capuz do fusca; Que ateou fogo no corpo da vítima; Que após a prática do crime retornou para casa".



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Em primeiro lugar, disse esse réu que a vítima acabara de sair da cadeia, o que se contrapõe às declarações da mãe do ofendido à fl. 33, no sentido de que seu filho *"era uma pessoa querida"* e *"nunca se meteu em confusão nesta cidade de Tabira/PE"*, cabendo lembrar que não consta dos autos passagem da vítima pela cadeia.

Ademais, não parece razoável crer na versão de que o ofendido apossou-se da chave de roda e travou um embate no interior do veículo em movimento, conduzido por Baceleudo; tampouco na ideia de que este avistou um Fusca abandonado às margens da estrada e decidiu colocar o corpo dentro do capô.

Ora, o carro em que foi posto o corpo da vítima deixou de ser aquele pertencente à mãe de Fábio, devidamente reconhecido por duas testemunhas, para ser um mero veículo estacionado à beira da estrada? E o que dizer acerca do trecho *"preferiu colocar o corpo dentro do capuz do fusca; que ateou fogo no corpo da vítima"*, sem qualquer nexó lógico? O fogo foi ateado quando a vítima estava no capuz? Por que tê-la colocado ali?

Dessa forma, conclui-se que, ao passo que a primeira narrativa esclarecia todo o acontecido de maneira bastante concatenada e verossímil, a segunda caracterizou-se por uma miscelânea de dados da primeira, a saber: "faca de mesa", "chave de roda", "fusca", "capuz", "fogo", criada apenas para inocentar os outros dois acusados, ora Recorridos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Nesse contexto, embora Francisco José, primo dos Apelados, tenha dito, à fl. 343, *"que não soube dos comentários de que o acusado Baceleudo teria recebido dez mil reais para retirar as acusações antes proferidas"*, e mesmo que não tenha sido comprovado o real motivo para tão brusca mudança nas declarações de Baceleudo, certo é que a segunda narrativa desmerece qualquer crédito, diante do acervo probatório que instrui os autos.

Por oportuno, impende ressaltar que não haveria razões para que quatro testemunhas, quais sejam, Cícero, Inácio, Isnaldo e Ana Lúcia, inventassem uma história perfeitamente compatível com a narrada por Baceleudo. O que ganhariam, forjando reconhecimentos dos Apelados e dos veículos, bem como fantasiando fatos, de modo a incriminar inocentes? Note-se que, como também responsabilizavam Baceleudo, o qual inclusive já confessara a prática delitiva, não pretendiam inocentar ninguém ao atribuírem culpa aos Apelados, hipótese que tornaria até compreensível a falsidade das declarações.

Além disso, caso fosse procedente a afirmação de que Baceleudo incriminou os Recorridos tão somente por vingança, inexistiria razão para vingar-se de apenas um jurado, quando mais seis compunham o Conselho de Sentença.

E, por fim, o que justificaria o fato de que Baceleudo, na esfera policial, narrou o evento com destacada precisão, expondo minuciosamente o papel de cada agente na trama delituosa, e, uma vez em juízo, retratou-



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

se, isentando os Apelados de culpa? Arrependimento ou remorso? Definitivamente me parece que não.

Ante o expendido, portanto, não há negar que, malgrado a existência de duas teses, a da defesa mostra-se manifestamente incompatível com as provas produzidas neste processo, ao passo que a versão do Ministério Público afigura-se consonante e harmônica com os depoimentos, permitindo a reconstituição detalhada do fato criminoso. Logo, forçoso é concluir, que ao absolver os acusados Fábio e Marcelo do crime de homicídio, o júri proferiu veredicto em completa dissonância com as provas produzidas nos autos.

Observe-se, aliás, que a resposta dos jurados à quesitação foi tão contraditória a ponto de haverem reconhecido que Marcelo não produziu as lesões na vítima Mariano, respondendo positivamente em relação a Fábio, contudo merecia ser absolvido.

Ainda mais grave é o fato de que, mesmo absolvendo os acusados do crime de homicídio, condenaram-nos pelo delito de destruição parcial do cadáver da vítima, conclusão a que os jurados jamais poderiam ter chegado, visto que tal resultado se afigura nitidamente ilógico ante as teses apresentadas em plenário.

Por conseguinte, estando a decisão do Conselho de Sentença manifestamente contrária às provas dos autos, no tocante à absolvição do crime de homicídio, e claramente incoerente quanto à condenação pelo crime de destruição de cadáver, impõe-se a anulação do julgamento.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Diante do exposto, **voto pelo provimento da Apelação**, a fim de que sejam os Recorridos **Marcelo Wagner Barros do Amaral e Fábio Xavier de Meneses Barros** submetidos a novo julgamento pelo Tribunal do Júri, devendo aguardá-lo em liberdade, considerando-se que nessa condição se encontravam quando da sessão de julgamento.

Recife, 28.05.2014


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator

0098
828



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0206579-8

COMARCA: RECIFE (2ª VARA DO TRIBUNAL JÚRI)

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

APELADOS: MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL e FÁBIO XAVIER DE MENEZES BARROS

ADVOGADOS: DRA. LAUDICÉIA ROCHA DE MELO BARROS e OUTRO

PROCURADORA: DRA MARIA FRANCISCA DE MENDONÇA SILVA.

RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO

REVISOR: DES. NIVALDO MULATINHO FILHO

VOTO DE REVISÃO

O Ministério Público do Estado de Pernambuco inconformado com a decisão do Conselho de Sentença (fls. 770/773), interpôs apelação com base no art. 593, inciso III, alínea "d", do CPP (fl. 777), apresentando as suas razões recursais às fls. 779/784, aduzindo que o Conselho de Sentença do 2º Tribunal do Júri da Comarca do Recife-PE, julgou de forma contrária às provas existentes nos autos, ao absolver os réus **MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL e FÁBIO XAVIER DE MENEZES BARROS**, ora Apelados, do crime de homicídio triplamente qualificado, pugnando que os mesmos sejam submetidos a novo julgamento pelo Tribunal do Júri. Os dois apelados foram condenados, apenas, pelo crime previsto no artigo 211 do Código Penal (ocultação de cadáver), às penas de 01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão e 80 (oitenta) dias-multa, correspondendo o valor unitário a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo da infração; e 02 (dois) anos de reclusão e 60 (sessenta) dias-multa, correspondendo o valor unitário a um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo da infração, respectivamente, as quais devem ser cumpridas em regime inicialmente aberto.

A Denúncia do processo originário foi apresentada contra **BACELEUDO ALVES DA SILVA** e os outros dois réus, **MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL e FÁBIO XAVIER DE MENEZES BARROS**, ora Apelados, tendo-os como incursos nas penas

do art. 121, §2º, II, III e IV, c/c art. 29 (homicídio triplamente qualificado, em co-autoria) e, ainda, do art. 211, c/c art. 29 (ocultação de cadáver, em co-autoria), todos do Código Penal, acusando-os de terem cometido o assassinato de que foi vítima MARIANO BERNARDINO DE SENA.

A Denúncia foi recebida no dia 23 de abril de 2003 (fls. 02) e os três acusados foram pronunciados em decisão de 20 de novembro de 2009 (fls. 750/751), sendo que o réu BACELEUDO ALVES DA SILVA, conhecido por “Boca de Flor”, não foi localizado para intimação da decisão de Pronúncia, conforme certidão de fls. 598v. Assim, às fls. 601/603, foi determinada a confecção de traslado dos autos para o julgamento do referido réu, aguardando-se a sua captura.

Em síntese, narra a Denúncia que, no ano de 2000, no Bar “Shot”, próximo ao Fórum, na cidade de Tabira-PE, os acusados **MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL, FÁBIO XAVIER DE MENEZES BARROS e BACELEUDO ALVES DA SILVA, conhecido por “Boca de Flor”,** com *animus necandi* e em comunhão de ações e desígnios, sob o pretexto de uma ação criminosa, induziram a vítima a acompanhá-los voluntariamente e no percurso, na saída da cidade de Tabira para a cidade de Água Branca – PB, o acusado BACELEUDO, utilizando-se de uma arma branca – faca, desferiu um golpe contra a vítima MARIANO BERNARDINO DE SENA, atingindo-a e, posteriormente, os demais acusados, **MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL e FÁBIO XAVIER DE MENEZES BARROS** desferiram outros golpes causando-lhe a morte.

Segundo a Denúncia, os três acusados estavam no Bar do senhor conhecido por “Neguinho”, naquela cidade de Tabira, oportunidade em que Marcelo e Fábio indagaram se Baceleudo tinha coragem de matar uma pessoa, que passava naquele local, pois a mesma era acostumada a roubar. Como a resposta foi afirmativa, os denunciados combinaram beber no bar do “Shot” e quando a vítima ia passando foi convidada pelo denunciado Fábio Xavier para beberem juntos. No período em que estavam bebendo, o acusado Baceleudo indagou a vítima se ela tinha coragem de roubar uma moto na cidade de Água Branca, que levava dinheiro.

Notícia também a denúncia que a vítima foi atingida ainda dentro do veículo Toyota, pela primeira facada dada pelo acusado Baceleudo e, após seguirem viagem, o denunciado Fábio parou o carro e todos desceram do veículo, oportunidade em que a vítima foi atingida por mais um golpe de faca, desferida pelo acusado Baceleudo, enquanto os demais a seguravam.

Relata ainda a exordial acusatória que após a vítima ser atingida pela segunda vez, o denunciado Fábio Xavier afirmou que quem iria matar a vítima seria ele, momento em que os outros acusados a seguraram e o denunciado Fábio Xavier desferiu vários golpes contra a vítima, usando a mesma faca de mesa, que envergou com a sequência de golpes desferidos contra a vítima. Em continuidade à agressão, o acusado MARCELO foi pegar uma chave de roda do veículo e a entregou ao acusado Fábio, que desferiu um golpe contra o ofendido. Após ceifarem a vida da vítima, jogaram o corpo na rodovia PB-306, no perímetro entre o povoado de Santo Aleixo e a cidade de Imaculada e atearam fogo no corpo.

Nas contrarrazões de Apelo (fls. 792/798), a Advogada dos apelados, pugna pelo improvimento do apelo, com a manutenção da Sentença hostilizada.

Nesta instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Maria Francisca de Mendonça Silva, em seu parecer (fls. 806/807), opinou pelo provimento do recurso, para submeter os apelados a novos julgamentos perante o Tribunal Popular.

Examino.

É necessário salientar que a anulação do julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, conforme preceitua o Art. 593, III, "d", do CPP, só é possível na hipótese em que a decisão resta manifestamente dissociada do conjunto probatório carreado aos autos, tendo em vista a soberania constitucional dos julgados do Tribunal Popular, como resguardado no texto da CF (Art. 5º, inciso XXXVIII, alínea "c").

A materialidade delitiva se encontra evidenciada através do Laudo de Ossada de fl. 62/63v e ilustrações fotográficas de fls. 67 e 69/70, bem como no exame de DNA de fls. 76/78.

A tese sustentada pela Defesa em Plenário para os dois recorridos foi Negativa de Autoria.

No caso dos autos, o Corpo de Jurados, em resposta ao 3º quesito **"Foi o acusado MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL acompanhado de terceiras pessoas, quem produziu as lesões na vítima Mariano Bernardino de Sena?"** decidiram, por quatro votos a três, que não (fl. 767).

Já em relação ao segundo apelado **FÁBIO XAVIER DE MENEZES BARROS**, o mesmo quesito foi decidido, por quatro votos a três, que sim (fl. 768). Entretanto, a resposta ao 4º quesito **"O Jurado**

absolve o acusado? foi no sentido de absolver o recorrente, por quatro votos a dois (fl. 768).

831

Da leitura dos autos vê-se claramente que o Conselho de Sentença acatou a tese da Defesa sem o menor sustentáculo no conjunto probatório coligido aos autos. *In casu*, o Corpo de Jurados não optou pela tese que lhe pareceu mais convincente, mas sim, optou por uma tese inverossímil. Vejamos:

O corréu **BACELEUDO ALVES DA SILVA**, em seu interrogatório perante a autoridade policial, informou com riqueza de detalhes que os apelados **MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL** e **FÁBIO XAVIER DE MENEZES BARROS** participaram do crime contra a vítima Mariano Bernardino de Serra (fls. 11/14):

"...Que na realidade esta estória foi criada apenas para iludir a vítima à acompanha-los, para em seguida ele interrogado juntamente com Fabinho e Marcelo tirarem a vida do mesmo...ao chegarem no sítio Cajá "SERRA DE ÁGUA BRANCA" deste município, ali todos desceram do veículo. Que FABINHO E MARCELO seguraram a vítima e ele interrogado desferiu mais um golpe de faca na barriga da vítima. Que após esta facada FABINHO disse que quem iria matar a vítima seria ele, foi quando ele interrogado e Marcelo ficaram segurando a vítima e FABINHO foi desferindo vários golpes com a mesma faca em que ele interrogado havia desferido dois golpes na vítima momentos anterior. Que por se tratar de uma faca de mesa, ela não suportou e terminou envergando e como a vítima ainda não havia morrido, Marcelo foi pegar a chave de roda do veículo e entregou a FABINHO e este com a referida chave deu um golpe na garganta da vítima com o lado da fenda. Que neste momento a vítima já estava deitada ao chão agonizando "MORRENDO". Com este último golpe com a chave a vítima morreu...FABINHO foi para casa de sua mãe pegar um fusca de propriedade da mesma, tendo também trocado suas vestes...Que ao deixarem o corpo no local, o FABINHO TEVE A IDÉIA DE COLOCAR FOGO NO CORPO DA VÍTIMA. Que Marcelo e Fabinho tiraram gasolina do fusca por duas vezes, jogaram sobre o corpo da vítima, tendo FABINHO COLOCADO FOGO NO CORPO...tendo ele interrogado e FABINHO batido a porta "Chamado" na porta da residência mais próxima do local, no lado direito de onde o veículo estava "Sentido Tabira/PE À ÁGUA BRANCA/PB". Que abriu a porta um senhor de idade, alto, magro, que ele interrogado não sabe dizer o nome...Que ele interrogado e FABINHO perguntaram se ele tinha um machado ou uma foice para poder ajuda-

los. Que o referido senhor chamou um vizinho e eles levaram uma foice e um machado para desenganchar a TOYOTA. Que conseguiram soltar a TOYOTA e FABINHO pegou o fusca e foi levar o referido senhor como também o seu vizinho em casa. Que ele interrogado ficou no local mais Marcelo aguardando Fabinho retornar. Que Fabinho retornou ao local e de lá se deslocaram para esta cidade de TABIRA/PE, Fabinho dirigindo o fusca e Marcelo veio dirigindo a Toyota acompanhado dele interrogado...” Grifos nossos.

Nesse mesmo interrogatório, o denunciado Baceleudo narrou também que já havia sido processado pelo crime de homicídio por duas vezes, e na época do seu julgamento por um dos crimes na Comarca de Tabira, o pai de Fábio, conhecido por Xavier Barros, participou do Conselho de Sentença, tendo ele sido condenado por seis votos a um, oportunidade em que passou a dizer por mais de uma vez “ NESTE JURADO TEM GENTE QUE O FILHO DELE JÁ HAVIA MATADO GENTE COM ELE INTERROGADO” (fl. 14)

Embora em juízo o corréu **BACELEUDO ALVES DA SILVA** tenha se retratado (fl.244), assumindo sozinho a autoria do crime, alegando que apontou os outros dois acusados como autores do fato por ter raiva deles, observa-se, sem sombra de dúvidas, que a primeira versão apresentada pelo denunciado Baceleudo é a que melhor se enquadra e está em perfeita sintonia com o conjunto probatório.

Os depoimentos prestados em juízo pelas testemunhas **CÍCERO RODRIGUES DE LIMA** (fls. 337/339), **INÁCIO RAIMUNDO DE LIMA** (fls. 341/342), **ISNALDO LOPES DA SILVA** (fls. 339/340) e **ANA LÚCIA MARTINS DA SILVA** (fls. 340/341), confirmam as declarações do acusado Baceleudo, acerca da participação dos recorridos **MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL** e **FÁBIO XAVIER DE MENEZES BARROS** no momento em que foram pedir ajuda para desenganchar o veículo Toyota descrito na Denúncia.

Abaixo, trechos dos depoimentos de **CÍCERO RODRIGUES DE LIMA** e **INÁCIO RAIMUNDO DE LIMA**, respectivamente:

“Que o depoente confirma que apontou, perante a autoridade policial, que os jovens que tinham ido à sua residência anteriormente eram os Srs. Fábio e Marcelo; Que o depoente também reconheceu em sede policial, o veículo Toyota, de cor branca; Que um dos jovens pediu ajuda ao depoente para retirar o carro que estava preso na ladeira; Que o jovem solicitante pediu que o depoente arranjasse mais uma pessoa, já que estava difícil de retirar o veículo do toco; Que o depoente resolveu

chamar o Sr. Inácio, seu cunhado, para ajudá-lo na referida empreitada; **Que os rapazes que lhe pediram ajuda, foram à sua residência no fusca branco; Que chegando ao local, encontrou o Toyota branco que reconheceu na delegacia**". (fls. 337/339)

"...foi a sua casa um veículo fusca de cor branca; Que quem ocupava o fusca eram dois homens, sendo um que ele conhece como "Boca de Flor" e o outro era o Sr. Marcelo; Que o Sr. Marcelo ele depoente não conhecia, mas o conheceu pela fotos; Que os dois homens pediram para o depoente ajudar a desenganchar um carro que estava preso num pau de jurema preta... que Cícero Rodrigues o convidou para prestar ajuda; Que Cícero Rodrigues levou uma foice para desenganchar o veículo; Que quem conduzia o veículo; **Que quem conduzia o veículo fusca era o Sr. Marcelo e Boca de Flor ficou no do passageiro...Que o terceiro rapaz o depoente não tinha reconhecido, mas Cícero sabia que se tratava de Fábio; Que os rapazes trouxeram ele e seu vizinho para as suas respectivas casas...Que na delegacia, o depoente teve a convicção de que foi Marcelo e Boca de Flor que o levaram ao local e depois o levaram de volta para sua residência; Que ao chegar no local tinha uma terceira pessoa, que o amigo dele reconheceu como sendo Fábio; Que ele depoente pela fotografia, reconheceu que seria Fábio a terceira pessoa**" INÁCIO RAIMUNDO DE LIMA (fls. 341/342). Grifos nossos.

Além disso, os veículos apreendidos (fls. 111 e 123) e que foram identificados por Cícero e Inácio, às fls. 133/134 e 137/138, estavam registrados em nome da mãe e do pai do recorrido FÁBIO, ou seja, o Fusca em nome de Rosa de Menezes Barros e o veículo da marca Toyota, modelo Bandeirante, em nome de Francisco Xavier de Almeida Barros.

Como visto, razão assiste ao Ministério Público, quando aponta a manifesta contrariedade da decisão dos jurados com a prova dos autos. Importante destacar o seguinte trecho das razões de recurso (fl. 783):

"Reforçando ainda mais o manifesto equívoco em que incorreram os Senhores Jurados, é de se destacar que os Apelados foram condenados pelo crime de ocultação de cadáver (art. 211, CP).

Diante disso, pertine indagar:

Como é possível, diante do que contou o acusado Baceleudo Alves da Silva, descrevendo em detalhes toda a empreitada criminosa, somando-se, ainda, à

consistência da prova testemunhal, defender a não-participação dos Apelados no crime de homicídio qualificado???

E pior: como é possível cogitar de sua participação no crime de ocultação de cadáver, e ao mesmo tempo, paradoxalmente, diante de todas as circunstâncias fáticas apresentadas, sustentar que eles não estão diretamente envolvidos no homicídio???"

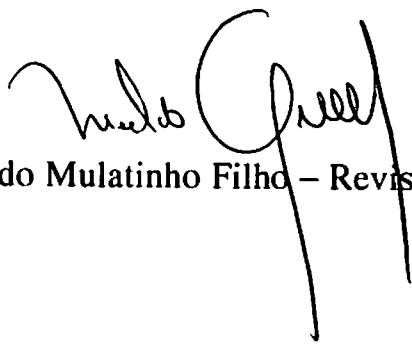
Esses questionamentos servem, e bastam, para demonstrar a contradição em que incorreram os Senhores Jurados".

Assim, estando a decisão do Conselho de Sentença divorciada da verdade dos fatos e, portanto, manifestamente contrária à prova dos autos, merece ser cassada.

Ante o exposto, **dou provimento ao recurso**, a fim de que os apelados **MARCELO WAGNER BARROS DO AMARAL e FÁBIO XAVIER DE MENEZES BARROS** sejam submetidos a novo julgamento pelo 2º Tribunal do Júri da Comarca do Recife, consoante parecer da douta Procuradoria de Justiça.

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.



Des. Nivaldo Mulatinho Filho – Revisor